

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Initial reading instruction and literacy in children with Autism Spectrum Disorder.

Isadora Marques do Prado¹

Orientadora: Prof^a Dr^a Leonor Dias
Paini

Resumo:

Esta investigação objetiva conhecer como se realiza o processo de alfabetização e letramento em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) inseridos no ensino regular para aprofundar os conhecimentos sobre essa temática. Como metodologia, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter teórico-descritivo, por meio da seleção de alguns artigos pertinentes a essa temática. Assim a coleta de dados foi realizada em plataforma online com os seguintes descritores: alfabetização, letramento e autismo em crianças com transtorno do espectro autista publicados nos últimos anos. Os resultados apontaram que crianças com autismo podem ser alfabetizadas se houver uma mediação por meio da interação professor-aluno com a utilização de métodos de alfabetização como o Fônico, Global e ABA entre outras estratégias pedagógicas diferenciadas, bem como um acompanhamento de profissionais especializados. Constatou-se que incluir ainda é um desafio para a atualidade, a inclusão não significa apenas acessibilidade no aspecto físico da escola, mas necessita de adaptação do currículo, da formação contínua dos profissionais de educação e do desenvolvimento de um espaço de aprendizado para os alunos em suas singularidades, para que realize o processo de aprendizagem e haja participação efetiva na vida escolar. Este pode ser um caminho a percorrer.

Palavras-chave: Alfabetização e letramento, Transtorno do espectro autista e Inclusão escolar

Abstract:

This study aims to understand how the literacy process is carried out for children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in regular education, in order to deepen knowledge on this topic. As a methodology, a qualitative theoretical-descriptive research was conducted, through the selection of relevant articles on this theme. Thus, data collection was carried out on an online platform using the following descriptors: initial reading instruction, literacy, and autism in children with autism spectrum disorder published in recent years. The results indicated that children with autism can be literate if there is mediation through teacher-student interaction with the use of literacy methods such as Phonics, Global, and ABA, among other differentiated pedagogical strategies, as well as support from specialized professionals. It was found that inclusion is still a challenge today, inclusion does not only mean accessibility in the physical aspect of the school, but requires curriculum adaptation, continuous training of education professionals, and the development of a learning space for students in their singularities, so that they can carry out the learning process and participate effectively in school life. This may be a path to follow.

Key words: Initial reading instruction and literacy, Autism Spectrum Disorder and school inclusion

Introdução

Esta temática tem sido muito discutida em eventos, congressos e seminários dada a sua relevância. Estudiosos têm se debruçado a investigar estratégias de alfabetização e letramento em crianças autistas. Esse assunto me interessou, porque desde o primeiro ano da minha graduação, quando da realização do estágio remunerado em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), durante os 4 (quatro) anos, eu interagi com crianças com autismo. Fazia parte das auxiliares de sala, mas a função de auxiliar de apoio em sala de aula desses alunos com autismo, e fui gostando de estar com eles, ao mesmo tempo, em que percebia a dificuldade na realização de atividades no cotidiano escolar. Observei a importância do trabalho pedagógico, de cuidar e de ver o desenvolvimento dos mesmos. O fato dessas crianças precisarem de uma atenção especial e redobrada, foi o que me despertou a curiosidade para entender como se realizava esse processo de ensino e aprendizagem dessas crianças autistas. Além desse estágio na minha vida extra-acadêmica, já terceiro ano da graduação, participei do programa da CAPES

intitulado: Residência Pedagógica - Alfabetização, sob a orientação da Professora Dra. Gizeli Alencar do DTP-UEM, momento em que vivi outra realidade que estava vivendo, ia uma vez na semana em uma escola do município, acompanhar o processo de alfabetização e letramento dos alunos do 1º ao 3º ano do ensino fundamental, e com isso me apaixonei pela alfabetização. Senti que ali era o meu lugar. Porém fiquei dividida, pois amava a educação especial e inclusiva, especificamente o autismo, então decidi pesquisar sobre todo esse processo de alfabetização em crianças com autismo, o que justifica a escolha pelo tema deste trabalho.

Nesse sentido, a educação inclusiva vem sendo discutida como uma possibilidade para atender as necessidades e realizar o aprendizado desses alunos em ambiente escolar. Vale ressaltar que, de acordo com a CDC, publicada no site do G1-Educação, 1 (uma) a cada 36 (trinta e seis) crianças têm o diagnóstico de autismo. De acordo com a pesquisa feita pela CNC, o número de matrículas de alunos com autismo no país teve um aumento de 48% em apenas 1 ano, de 2022 a 2023. Apesar do grande número, pessoas com TEA ainda enfrentam barreiras de inclusão no âmbito escolar. Os dados oficiais mostraram que o Brasil tem 36 mil alunos com Transtorno do Espectro Autista. Dentre os desafios que se fazem presentes, nos interessa o referente ao processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita.

Crescente é o número de crianças diagnosticadas com autismo. Segundo a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná (2024), o transtorno do espectro autista (TEA) “é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficit na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados” podendo ter diferentes graus e vir associados a outras comorbidades, esse transtorno pode afetar meninos e meninas, apesar de a incidência de casos ser mais comum em meninos.

Nos últimos anos, houve um avanço significativo na inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) nas instituições de ensino. Essa inclusão não apenas pode promover um ambiente diversificado e rico em experiências sociais, se sustentada por uma legislação que garante a permanência dessas crianças no sistema regular de ensino. De fato, a legislação que garante inclusão

vem sendo regulamentada, de acordo com o Art. 28, III da Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência 13.146/15, na escola regular, e com outro enfoque, agora é a escola que deve se adaptar ao aluno público da educação especial, dentre eles o aluno com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Pesquisas mostram que a legislação é composta por diversas normas que garantem e defendem seus direitos, incluindo a inclusão educacional, acesso à saúde e à proteção social, como:

- A Lei nº 12.764/2012 -Lei Berenice Piana, que segundo Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Garante que as pessoas com autismo tenham os mesmos direitos das pessoas com deficiência, incluindo o direito à saúde, educação, trabalho e proteção social, e assegura que o autismo seja considerado uma deficiência.
- A segunda lei, é a Lei nº 13.146/2015- Estatuto da Pessoa com Deficiência. Segundo a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência amplia e detalha os direitos das pessoas com deficiência, fazendo com que sejam incluídas as pessoas com autismo. Trata de acessibilidade, educação, saúde, trabalho e o direito à participação plena e efetiva na sociedade. Esta legislação é uma das mais importantes para garantir a inclusão das crianças com autismo em diferentes esferas sociais.
- Já a Lei nº 8.069/1990 -Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. não trate especificamente do transtorno do espectro autista, mas assegura os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, incluindo a proteção contra qualquer forma de discriminação e o acesso à educação e saúde, direitos que também se aplicam às crianças com autismo.
- Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. É estabelecida as diretrizes para a educação no Brasil, garantindo que a educação seja inclusiva. A LDB foi posteriormente modificada para fortalecer a inclusão de crianças com deficiência, incluindo as com autismo, nas escolas regulares.

Neste contexto, para que essa inclusão se efetive, torna-se essencial que os educadores e profissionais especializados estejam capacitados e preparados para atender às necessidades específicas de cada aluno, principalmente pensar em como

incluir essas crianças na rotina escolar, respeitando seus limites e viabilizando o aprendizado e a interação com o grupo.

A escolha por investigar o Transtorno do Espectro Autista (TEA), permeou a minha formação - queria conhecer mais sobre o processo de alfabetização em crianças autistas. Ao tentar responder esta questão, surge a seguinte problemática: Como são desenvolvidas as práticas de alfabetização e letramento em crianças com TEA?;

Enquanto objetivo geral desse artigo, pretende-se investigar qual é a metodologia aplicada no processo de alfabetização em crianças autistas. E para percorrer esse caminho, apresenta-se os objetivos específicos: 1) Compreender alguns conceitos e características do TEA; 2) Verificar como se dá o diagnóstico do TEA; 3) Conhecer quais metodologias se utilizam na literatura que auxiliam no processo de alfabetização de crianças autistas.

Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa de cunho teórico, para selecionar artigos publicados sobre o tema. Bem como afirmam os autores Souza et al (2021): “O levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico, necessita de estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico” (Sousa, Oliveira & Alves, 2021, p.66). A coleta de dados foi realizada nas bases de dados de forma aleatória, em artigos que tinham como tema central alfabetização e letramento em crianças com transtorno do espectro autista, publicados nos últimos anos.

Primeiramente apresentaremos algumas considerações sobre o TEA; num segundo momento, buscamos verificar como se reconhece a criança autista por meio do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista; Num terceiro momento, traz à tona, a discussão sobre a literatura científica selecionada, que propõe como mediação os métodos de alfabetização no processo de aprendizagem de leitura e da escrita de alunos com TEA e que tais atividades possam vir a auxiliar no processo de inclusão desses alunos com necessidades educativas especiais.

Em cena a Alfabetização e Letramento no processo de escolarização

Alfabetização

No Brasil, quando consideramos o processo histórico da alfabetização, nota-se grandes questões relacionadas às metodologias de alfabetização. Por conseguinte, evidencia-se que desde os últimos anos do século XIX, existe uma tensa disputa metodológica entre as antigas e novas formas interpretativas que buscam dar conta do problema relacionado à dificuldade das crianças em desenvolver a leitura e a escrita. Assim sendo, no intuito de abrir espaço para as novas discussões, desdobrou-se na produção de múltiplas temáticas, normativas e concretizações (Mortatti, 2006).

Durante o Período Imperial, pode-se considerar que a leitura e a escrita eram práticas privadas que ocorriam no âmbito doméstico ou nas aulas régias, que eram muito precárias. Entretanto, desde 1889, quando ocorreu a Proclamação da República, a questão da educação foi se destacando enquanto uma utopia moderna, e na esteira dessa questão a escola foi concebida como espaço privilegiado para o preparo das gerações vindouras. Dessa forma, buscava-se a universalização da escola e do entendimento que o processo de escolarização deveria cumprir com a função de modernizar e “esclarecer as massas iletradas”. Portanto, saber ler e escrever era primordial para a aquisição do esclarecimento e esse, por sua vez, era necessário para a modernização e o desenvolvimento social (Mortatti, 2006). Todavia, vale destacar que a maioria da população brasileira, pobre e negra, ficam fora deste processo de universalização, visto que “na busca da adaptação da população brasileira ao projeto de desenvolvimento iluminista [...] projetou-se um tipo ideal de sujeito para o progresso que estava ligado às características dos arquitetos da modernidade ocidental” (Felipe, 2015, p.326), que na concepção daquele período se tratava dos homens europeus. Dessa maneira, o processo educacional se constitui excludente e, ainda hoje, consta-se no fracasso escolar um resultado histórico, o qual precisa ser superado. Conforme aponta Mortati:

Decorridos mais de cem anos desde a implantação, em nosso país, do modelo republicano de escola, podemos observar que, desde essa época, o que hoje denominamos “fracasso escolar na alfabetização” se vem impondo como problema estratégico a demandar soluções urgentes e vem mobilizando administradores públicos, legisladores do ensino, intelectuais de diferentes áreas de conhecimento, educadores e professores (Mortatti, 2006, p.3)

As primeiras cartilhas que eram produzidas nos últimos decênios do século XIX, sobretudo por fluminenses e paulistas, eram construídos a partir da própria prática professoral e nelas estavam contidos os métodos chamados de “marcha lenta”: método de soletração, fônico e de silabação, os quais alcançavam as diversas províncias do país durante décadas.

Além disso, também vale destacar que muitos “[...]professores formados por essa escola normal passaram a defender programaticamente o método analítico para o ensino da leitura e disseminaram-no para outros estados brasileiros” (Mortatti, 2006, p.6). Este método analítico se baseava na linguística mais moderna da época e concebia o ensino inicial, primeiramente pela palavra, para depois realizar a análise da fonética.

Posteriormente, já na entrada do século XX, o processo inicial do ensino na leitura continua a ser defendido e, além disso, o termo “alfabetização” começa a circular com mais frequência, remetendo-se ao ensino da leitura e da escrita. Em seguida, ocorre uma nova interpretação da questão que, explana Moratti:

[...] se estende até aproximadamente o final da década de 1970, funda-se uma outra nova tradição no ensino da leitura e da escrita: a alfabetização sob medida, de que resulta o como ensinar subordinado à maturidade da criança a quem se ensina; as questões de ordem didática, portanto, encontram-se subordinadas às de ordem psicológica (Mortatti, 2006, p. 10)

Todavia, a partir da década de oitenta, devido os resultados ínfimos no processo de alfabetização, essa tradição passou a ser questionada e, por conseguinte, emerge no Brasil a teoria do “pensamento construtivista sobre alfabetização, resultante das pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita desenvolvidas pela pesquisadora argentina Emilia Ferreiro e colaboradores” (Mortatti, 2006, p.10). E vale ressaltar que essa concepção teórica:

Tem-se, hoje, a institucionalização, em nível nacional, do construtivismo em alfabetização, verificável, por exemplo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), dentre tantas outras iniciativas recentes.” (Mortatti, 2006, p. 11)

No momento atual, ressalta Mortatti (2006, p.12), “[...] funda-se uma outra nova tradição: a desmetodização da alfabetização, decorrente da ênfase em quem aprende e o como aprende a língua escrita [...]”. Disso resulta “certo silenciamento a respeito das questões de ordem didática e, no limite, tendo-se criado um certo ilusório consenso de que a aprendizagem independe do ensino” (Mortatti, 2006, p. 12).

A questão do método na alfabetização deve ser considerada, mas não de forma ilusória como a concepção de que o método por si mesmo possa resolver os problemas da alfabetização; por outro lado, também não podemos conceber o processo de ensino sem métodos, sem conteúdos e objetivos (Mortatti, 2006).

Por fim, deve-se considerar também que a alfabetização deve ser realizada em conjunto no que atualmente se denomina letramento, visto que uma pessoa alfabetizada é aquela que sabe ler e escrever, mas isso não significa letramento. Assim, uma pessoa letrada é aquela que consegue se apropriar subjetivamente da leitura e da escrita e, através disso, consegue se orientar e avaliar a sociedade a sua volta e suas próprias idiossincrasias. Em suma, alfabetização e letramento são as faces de uma mesma moeda. Mas a respeito do letramento, aprofundaremos mais próximo subtítulo.

Letramento

De acordo com Mortatti (2004), a partir do final da ditadura militar, na chamada abertura política, ocorreram grandes transformações na política, na sociedade e na cultura. Assim, os problemas relacionados à alfabetização começaram também a ser compreendidos através da compreensão de outros fenômenos. Desde então a sociedade tem se mobilizado para que seja ampliado o acesso à educação. Por conseguinte, abordar temas relacionados com a educação é uma forma de responder às demandas sociais e contribuir para o debate. Nesse sentido, deve-se considerar a questão do letramento, pois é algo essencial e, por

diversas vezes, é abordado enquanto sinônimo de alfabetização, o que é um equívoco:

Se a educação é um conceito amplamente utilizado e explorado, pode-se apontar que o mesmo não ocorre com o letramento, que é um conceito contemporâneo. O letramento começou a circular entre os pesquisadores em educação na década de oitenta e, como se sabe, vem tomando forma nos recentes debates acadêmicos (Mortatti, 2004, p.9).

Quando falamos em específico da alfabetização, estamos falando sobre o processo pelo qual uma criança, adolescente ou adulto, insere-se no mundo da leitura e escrita através do domínio dos códigos linguísticos básicos. A alfabetização é algo fundamental, pois é preciso dominar a leitura e a escrita

[...] mas a alfabetização, entendida como aquisição de habilidades de mera decodificação e codificação da linguagem escrita e as correspondentes dicotomias analfabetismo x alfabetização e analfabeto x alfabetizado não bastam... mais. É preciso, hoje, também saber utilizar a leitura e a escrita de acordo com as contínuas exigências sociais, e esse algo mais é o que se vem designando de "letramento" (Mortatti, 2004, p.27)

Já o letramento, por outro lado, relaciona-se com as aplicações socioculturais feitas através da linguagem apreendida, ou seja, refere-se ao processo de intervenção na realidade através da leitura e da escrita. Assim sendo, alguém que passa pelo processo de letramento consegue interpretar criticamente o que lê e aplicar esse conhecimento no seu cotidiano. Neste sentido, explicam Mortatti:

Letramento está diretamente relacionado com a língua escrita e seu lugar, suas funções e seus usos nas sociedades letradas, ou, mais especificamente, grafocêntricas, isto é, sociedades organizadas em torno de um sistema de escrita e em que esta, sobretudo por meio do texto escrito e impresso, assume importância central na vida das pessoas e em suas relações com os outros e com o mundo em que vivem (Mortatti, 2004, p.79).

Além disso, a alfabetização e o letramento devem ser considerados dialeticamente, visto que o processo de ensino bem-sucedido deve alfabetizar ao mesmo tempo que aplica o letramento. Ainda, faz-se necessário considerar que

Não existe, assim, um único tipo de letramento. Além de ser um continuum, em sua dimensão social, letramento é, sobretudo, um conjunto de práticas sociais em que os indivíduos se envolvem de diferentes formas, de acordo com as demandas do contexto social e das habilidades e conhecimentos de que dispõem (Mortatti, 2004, p.79).

Após o letramento inicial, o estudante se insere no processo de enriquecimento da sua subjetividade, o que significa dizer que o estudante vai ampliando o seu letramento. Assim, pode-se falar também de um letramento científico, tais como o letramento em matemática e história; também, pode-se apontar para um letramento filosófico e artístico. Nesse sentido, Rosa (2019) sugere que o letramento contribui para a formação cidadã e que o termo Alfabetização Científica está

“[...] associado a uma visão identificada com o caráter social e histórico da produção do conhecimento e acompanhado pela sua visão de que o método científico adotado na ciência pode ser estendido às demais áreas” (Rosa, 2019, p.130).

No Brasil, em específico, enfrenta-se um grande problema: muitos dos alunos alfabetizados, não são letrados, pois “ somente o fato de ser alfabetizada não garante que a pessoa seja letrada; e somente o fato de viverem em uma sociedade letrada não garante a todas as pessoas formas iguais de participação na cultura escrita. ” (Mortatti, 2004, p.85). Por conseguinte, estes alunos sabem escrever e ler, todavia, não conseguem se apropriar e aplicar esse conhecimento. A superação do problema do letramento, faz-se necessário, pois o letramento é um instrumento fundamental na construção de cidadãos críticos, que sejam capazes de intervir positivamente na realidade, tornando-a mais justa e eficiente. Portanto, o letramento, em conjunto com a alfabetização, deve ser uma meta de toda a sociedade. Todavia, para que este letramento ocorra, os profissionais da educação devem recorrer a metodologias que sejam eficientes e, por vezes, forjar suas próprias estratégias para atender as especificidades dos estudantes, que envolvem a cultura e a sociedade em que vive, mas também as idiossincrasias de cada estudante. Nessa direção, como aponta Alencar e Lacerda (2005),

[...] é preciso levar em conta as considerações de Vygotsky (2007, p. 183), um dos principais representantes da teoria histórico-cultural, criticou a forma como a escrita era apresentada ao aluno com ênfase no reconhecimento das letras ao invés do ensino da linguagem escrita, buscando o seu sentido social. Para o autor, essa forma de apresentação da escrita exige “enorme atenção e esforços por parte do professor e do aluno, e devido a tal esforço, o processo se transforma em algo independente, em algo que se basta a si mesmo, enquanto a linguagem viva passa a um plano posterior”; portanto, essa forma de conceber o ensino pode colocar a linguagem viva em segundo plano, dificultando, muitas vezes, os processos de aprendizagem dos alunos. (Alencar & Lacerda, 2025, p.3)

Neste sentido, para que as crianças sejam alfabetizadas e letradas, pode-se utilizar estratégias de jogos como sugere Agre Leão (2016); ou ainda, pode-se utilizar do método fônico como sugerem diversos autores, tais como Marques e Ferreira (2024), Santos e Ribeiro (2017), André (2017), Mori e Rodrigues (2024) e Barbosa e Souza (2021). Mas nenhum desses métodos são eficazes se estes não tiverem vinculados com a realidade social, com a cultura dos educandos, pois segundo salienta Alencar e Lacerda (2025):

Quando a linguagem é imposta sem conexão com a realidade e sem significado, torna-se apenas uma habilidade técnica e mecânica, pois os educandos não se envolvem com a essência da língua (Alencar & Lacerda, 2025, p.3).

A mesma autora faz questão de salientar que Vygotsky fez observações sobre a pouca atenção dada pelos professores à linguagem escrita, visto que geralmente o professor focaliza na dimensão técnica e não leva em consideração a função social da escrita pelo qual ela foi desenvolvida (Alencar & Lacerda, 2025). Assim sendo, a linguagem desconexa da realidade concreta torna a aprendizagem menos profunda e, por conseguinte, produz indivíduos com uma subjetividade presa à dimensão mais superficial da realidade. Portanto, o desenvolvimento completo passa pela alfabetização em conexão com o letramento, que busca dar conta de relacionar a linguagem às experiências singulares de cada indivíduo, bem como busca promover a construção do sentido e da interpretação do mundo.

E para compreender melhor cada um dos métodos, vamos descrevê-los cada um:

- Método ABA

Os dados mais recentes do IBGE, apontam que no Brasil existam 8,4 % de pessoas com alguma deficiência. Em relação as especificidades, não consta registro no IBGE, mas estima-se que existam pelo menos dois milhões de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Assim sendo, trata-se de um número bastante expressivo (Felinto; Barbosa; Ferreira; Dutra; Gomes; Fidelis; Silva; Drieskens, 2023).

A TEA é um transtorno invasivo do desenvolvimento, que segue ao longo da vida do portador. Não existe uma cura e nem causas claramente conhecidas (Camargo, Rispoli, 2013). Acerca da conceituação do autismo, Dailma da Silva Medeiros, pontua que:

[...] o autismo foi definido pela primeira vez por Kanner (1943), e nesses estudos os três núcleos de transtornos do autismo atualmente em vigor foram distinguidos na definição: (1) transtorno qualitativo do relacionamento, (2) distúrbios da comunicação e linguagem e (3) falta de flexibilidade mental e comportamental. (Medeiros, 2021, p.65)

Esses três núcleos se encontram incluídas no DSM-V e na CID-10 da Organização Mundial da saúde. Entretanto, o diagnóstico do psicólogo, bem como a validação pelo psiquiatra ou neurologista que irá definir se uma dada criança, jovem ou adulto se encontra ou não no espectro.

As crianças, jovens e adultos portadores de autismo tem fomentado o debate e a construção de teorias e métodos de avaliação e intervenção para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Assim, a ABA (Applied Behavior Analysis), tem se tornado, em particular, uma ciência eficaz nesse sentido (Felinto, 2023), pois oferece possui um grande suporte e tem sido um dos métodos mais pesquisados e amplamente adotado em países como os Estados Unidos. No Brasil, de modo particular, a ABA tem gradualmente ganhando espaço, todavia poucos profissionais possuem treinamento apropriado para a abordagem (Camargo, Rispoli, 2013).

A ABA não se trata de apenas um método, como muitas vezes é interpretado, mas sim de uma ciência que contribui de forma significativa para o desenvolvimento de novas habilidades e auxilia a aprendizagem dos alunos, sobretudo, aqueles com autismo. Pode-se dizer também que a ABA é uma disciplina científica que mobiliza as concepções teóricas da Ciência Comportamental para alterar comportamentos que sejam socialmente significativos (Felinto, 2023).

Por conseguinte, a ABA é uma abordagem altamente individualizada e se utiliza das observações à direita, da medição de comportamento, da identificação das relações entre o comportamento e outras variáveis sociais, bem como a implementação de intervenções baseadas nessas relações funcionais. Aliás, a

centralidade nos dados para a tomada de decisão é uma das principais características da ABA (Felinto, 2023). De maneira mais aprofundada, Medeiros explana que a ABA é

é interacional, uma vez que seu estudo se refere às relações comportamento-ambiente; analítico, porque busca identificar relacionamentos funcionais entre eventos comportamentais e ambientais; experimental, uma vez que tenta demonstrar que os eventos são responsáveis pela ocorrência ou não ocorrência do comportamento, manipulando variáveis; e pragmático, porque consiste em pesquisa básica e aplicada, e propõe-se que o entendimento permita a previsão e controle de eventos.

As técnicas utilizadas pelos terapeutas da ABA buscam o ensino de novas habilidades. Essas abordagens incluem o reforçamento positivo, modelagem de comportamentos desejáveis, dessensibilização e eliminação de comportamentos indesejáveis. Nesse processo, busca-se monitorar a criança de modo a garantir a eficácia das intervenções e, caso necessário, as intervenções vão sendo ajustadas (Felinto, 2023).

Além disso, a família tem o papel fundamental no processo, visto que ela é frequentemente incluída na sessão de terapia e nas atividades em casa. Este trabalho com a criança visa, pôr fim, a generalização das habilidades aprendidas e desenvolvidas para as diversas situações, garantido que essa criança consiga interagir e aplicar essas novas habilidades na vida cotidiana (Felinto, 2023).

- Método Global

O método global, também conhecido como analítico, trata-se da metodologia que compreende que a criança aprende, em primeira instância, através da percepção da globalidade e, posteriormente, ela decompõe o total em partes. Ou seja, o processo começa sempre pelo total e se desdobram nas particularidades (Cabral, 2013). De maneira geral, aqueles que defendem essa metodologia, costuma seguir as seguintes categorização conceitual:

- O de que linguagem funciona como um todo;
- A criança primeiro percebe o todo para depois observar as partes;

- Prioridade à compreensão;
- No ato de leitura, o leitor utiliza estratégias globais de reconhecimento;
- As palavras devem ser familiares e possuir valor afetivo para a criança (Cabral, 2013, p.7)

Dessa maneira, o método global sempre pressupõe que a aprendizagem deve ocorrer pela identificação visual da palavra e não das partes, tais como o foco nas letras. Acredita-se dessa maneira que seja um método mais econômico de ensino de palavras como um todo, sem o foco nas partes. Esses métodos, em partes, foram bastante reforçados pela Gestalt, que trabalha com a concepção de que o todo é mais amplo do que a somatória das partes (Sebra; Dias, 2011).

Esse método foi bastante popularizado no século XX, tendo Goodman como o maior pesquisador e defensor deste método. Porém seguindo desse amplo apoio iniciaram as críticas, tais como aquelas presentes no estudo de Flesch intitulado “Why Johnny can’t read?”. Neste texto o autor aponta que o método global seria mais uma metodologia de “treinamento animal” do que propriamente um método de alfabetização. As suas críticas foram seguidas por outros pesquisadores tais como Chall e Bonde & Dykstra, que adotaram os instrumentos fônicos como superiores aos globais (Sebra; Dias, 2011).

Nesse sentido, o estudo da neurociência também tem apontado para certas limitações da percepção visual, contradizendo a ideia de que palavras são reconhecidas de forma global. Dessa maneira, as pesquisas atuais têm apontado para a eficácia do método fônico, que relaciona letras e sons (Cabral, 2013)

- Método Fônico

O método fônico é um dos recursos mais utilizados na alfabetização de crianças autistas, por isso busca-se aqui apresentá-lo. O método fônico (ou fonético) é uma abordagem de ensino da leitura e escrita que prioriza a relação entre os sons da fala (fonemas) e as letras ou grupos de letras (grafemas). A principal ideia por trás do método fônico é que, ao aprender a associar cada fonema a uma letra ou conjunto de letras, o aluno desenvolve a habilidade de ler e escrever de forma mais eficiente).

Assim, ao ensinar a ler, o foco é no desconstruir e reconstruir palavras, associando sons a letras ou grupos de letras, o que facilita o processo de decodificação (leitura) e codificação (escrita). Os métodos fônicos, por sua vez, pertencem ao conjunto dos métodos sintéticos, privilegiando correspondências grafofonêmicas entre os sons da fala e da escrita (Seabra & Dias, 2011)

Para Emília Ferreiro (psicopedagoga argentina) fala sobre a importância de entender a escrita como um sistema que representa a fala. Para ela, no processo de alfabetização, a criança precisa aprender a relação entre fonemas e grafemas, mas ela também destaca que é essencial que a criança construa seu próprio entendimento sobre esse sistema.

“A aprendizagem da escrita não pode ser vista como um processo de simples decodificação, mas como um processo de construção de significados, onde a criança constrói o seu próprio sistema de correspondências entre o som e o símbolo gráfico.” (FERREIRO, 1989)

Reflete a visão de Ferreiro de que o aprendizado da escrita envolve a descoberta ativa das correspondências fonema-grafema, mas prioriza que o processo é mais complexo do que apenas decodificar sons e letras de forma mecânica. A criança constrói significados e entende a língua escrita de maneira mais profunda e contextualizada.

Anna Teberosky (psicopedagoga espanhola) complementa as ideias de Ferreiro e enfatiza que o aprendizado da leitura e da escrita não deve ser uma simples decodificação, mas sim um processo cognitivo em que a criança vai gradualmente descobrindo as relações entre os sons e as letras, usando seu conhecimento prévio e a interação com o contexto linguístico.

“A aprendizagem da escrita, assim como a da leitura, envolve o reconhecimento das correspondências entre sons e letras, mas é um processo mais complexo, que implica em uma construção gradativa e contextualizada do sistema de escrita.” (TEBEROSKY, 1992)

Embora envolva uma decodificação dos sons, e suas representações gráficas, é um processo mais profundo, em que o aluno vai construindo sua própria compreensão do processo da escrita.

De acordo com Muszkat e Rizzutti (2012), o método fônico, para as crianças que têm maiores dificuldades na leitura e escrita, tem uma melhor eficácia pelo desenvolvimento das habilidades metafonológicas e pelo ensino das correspondências grafofonêmicas. “Quando associadas ao ensino das correspondências entre letras e sons, as instruções de consciência fonológica têm efeito ainda maior sobre a aquisição de leitura e escrita.” (Muszkat & Rizzutti, 2012, p. 71)

No método fônico de Seabra e Capovilla (2010), as consoantes, cujos sons são facilmente pronunciados de maneira isolada, são chamadas de consoantes prolongáveis e apresentadas após as vogais. O som das consoantes é pronunciado de forma prolongada, por exemplo, nas palavras “ffffffora”, “jjjjjjanela”, “mmmmola”, “nnnnnada”, “vvvvvaca” e “zzzzzebra”. O maior e final objetivo do método fônico de Seabra e Capovilla (2010) é o processo de desenvolvimento das habilidades de leitura, de produção e de interpretação de diferentes tipos de texto.

Regina Siqueira, uma autora referência, defende que o método fônico é uma abordagem eficaz no processo de alfabetização para crianças com TEA, especialmente em casos onde há dificuldades com a comunicação e a percepção auditiva. Siqueira (2001) argumenta que o método fônico, por sua base fonológica, favorece o desenvolvimento da leitura e da escrita de maneira objetiva, fazendo com que o aluno entenda com clareza.

Para os alunos com TEA, o método fônico oferece uma sequência lógica e com estrutura de ensino, com foco principal na fonologia, que é, muitas vezes, o ponto de partida para esses alunos no desenvolvimento da leitura e escrita.

Uma das principais autoras brasileiras de necessidades especiais, Maria Teresa Mantoan defende a importância de abordagens estruturadas e sistemáticas no processo de alfabetização de crianças com autismo. Embora Mantoan (2003) não

fale exclusivamente sobre o método fônico, ela destaca que para alunos que têm dificuldades e especificidades, o método fônico, com seu modo estruturado e sequencial, se encaixa muito bem no tipo de abordagem que profissionais da educação, como professores, podem aplicar no processo de alfabetização do aluno com TEA.

A autora indica, pois, é um método que proporciona uma organização do aprendizado a decodificação, que é fundamental para o aluno com TEA e que pode demonstrar dificuldades complexas entre os sons e letras.

Vera Lucia de Oliveira Souza, é uma pesquisadora da área de alfabetização e explora os métodos eficazes para o processo em crianças com TEA. A mesma aponta que os métodos fonológicos, como o fônico, podem ser vantajosos para esses alunos, pois ajudam a tornar a aprendizagem mais objetiva e previsível.

Souza (2009) defende que o ensino da leitura e escrita de forma estruturada e sistemática facilita o processo de aprendizagem de alunos com TEA. O método fônico oferece esse tipo de estrutura e previsibilidade, sendo extremamente útil na alfabetização.

Segundo Maria do Rosário Mortatti (2000) reconhece a importância de ensinar a correspondência entre fonemas e grafemas, tendo uma percepção dessas relações que é fundamental para que a criança consiga decodificar palavras e desenvolver na leitura e escrita. Para Mortatti (2000), o método fônico é um elemento importante na alfabetização, especialmente para o processo de desenvolvimento da consciência fonológica, mas que deve ser integrado a uma abordagem mais ampla que considere o uso funcional e social da leitura e escrita. A autora sugere que o processo não se limita a técnica de decodificação, mas envolve, também, o entendimento e a aplicação das práticas de leitura e escrita.

Mortatti (2000) sugere que o letramento ultrapassa as competências técnicas e que a leitura e a escrita devem ser encaradas como práticas culturais. Nesse cenário, o método fônico pode ser uma etapa inicial relevante, mas o ensino de leitura e escrita deve estar associado à compreensão de como essas competências se aplicam nas interações sociais.

Com isso, nota-se que o método fônico é uma estratégia pedagógica que tem como principal objetivo ensinar a leitura e escrita por meio da associação entre sons e letras. Embora seja eficaz, especialmente para alunos que estão no início do processo, ele deve ser usado de maneira equilibrada com outras abordagens que promovam a compreensão da língua e o desenvolvimento de habilidades mais amplas, como a compreensão textual.

Algumas considerações sobre Transtorno do Espectro Autista - TEA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurodesenvolvimento que ainda gera muitas dúvidas e preconceitos. Apesar dos avanços científicos, o conhecimento popular sobre o autismo muitas vezes é limitado. Este texto busca apresentar uma visão ampla sobre o TEA, desde suas definições históricas até os critérios atuais utilizados por profissionais, como os descritos no DSM-5.

A palavra autismo deriva do grego *autos* e tem o significado “de si mesmo”. Muitas vezes esse termo era utilizado para descrever comportamentos de isolamento dentro de quadros de demência precoce que posteriormente foi substituído pelo termo esquizofrenia. No entanto, segundo Côrtes e Albuquerque (2020), outros estudiosos na área da psiquiatria como Kanner e Asperger começaram a utilizar o termo autismo para descrever o comportamento de crianças que demonstravam um afastamento do convívio social, sem a intenção de associar esse quadro à esquizofrenia.

Leo Kanner (1894-1981), é considerado como um dos pioneiros na formalização do autismo infantil, sendo considerado como o “pai do autismo”. Segundo Côrtes e Albuquerque (2020), Kanner era um “[...] psiquiatra austríaco radicado nos Estados Unidos e um dos responsáveis pela criação do Serviço de Psiquiatria Infantil do Johns Hopkins University and Hospital, em Baltimore (Maryland –EUA)” (Côrtes e Albuquerque, 2020, p. 868). Os autores destacam que em 1938, o psiquiatra Kanner recebeu uma carta de um pai chamado Oliver Triplett Jr., que estava preocupado com seu filho de cinco anos, que apresentava comportamentos diferentes das demais crianças, as descrições despertaram o interesse de Kanner, que começou a investigar e a estudar mais casos semelhantes.

Em 1943, após acompanhar 11 crianças com quadros semelhantes ao de Donald, sendo oito meninos e três meninas com idades variando de 2 anos e 4 meses a 8 anos, Kanner escreveu o artigo “Autistic Disturbances of Affective Contact”, que foi publicado na revista *The Nervous Child*, número 2, páginas 217-250 (36) dando início a uma nova perspectiva de compreensão sobre o que viria a ser denominado autismo infantil, transtorno autista ou autismo na infância[...] (Côrtes e Albuquerque, 2020, p.869).

De acordo com os autores, diversas características relatadas por Kanner eram predominantes nas crianças observadas, levando à conclusão de que “[...] tratava-se de uma entidade distinta de outros transtornos, como a esquizofrenia ou o retardo mental, identificando-o como um distúrbio inato do contato afetivo e interpessoal” (Côrtes e Albuquerque, 2020, p. 869). A partir desse estudo, o conceito de autismo infantil foi incorporado à nomenclatura psiquiátrica, sendo utilizado por diversos profissionais no diagnóstico de seus pacientes e abrindo portas para novas pesquisas na área.

No entanto, apesar do avanço promovido por Kanner na identificação do autismo como uma condição distinta, ele e outros cientistas da época também difundiram a teoria da “mãe geladeira”, que atribuía a causa do transtorno a uma criação materna fria e distante. Essa teoria foi amplamente aceita durante décadas, mas, com o tempo, estudos científicos refutaram essa visão. Silva (2012), observa que o próprio Kanner, posteriormente, se retratou em relação a essa abordagem, abrindo espaço para uma compreensão mais aprofundada e embasada em evidências biológicas e genéticas sobre as causas do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

De acordo com Silva (2012), outros estudiosos contribuíram para a caracterização do autismo, como Lorna Wing, que destacou a tríade de comportamentos observados em crianças autistas: alterações na sociabilidade, comunicação/linguagem e padrão alterado de comportamentos. Além disso, Lorna Wing foi responsável por divulgar e republicar os trabalhos de outros pesquisadores, incluindo Hans Asperger (1906-1980). Em 1944, Asperger realizou estudos similares aos de Kanner, porém com uma abordagem distinta, descrevendo os resultados como:

[...]um transtorno da personalidade que incluía falta de empatia, baixa capacidade de fazer amizades, monólogo, hiperfoco em assunto de interesse especial e dificuldade de coordenação motora (quadro que depois ficou denominado como síndrome de Asperger). Hans Asperger cunhou o termo psicopatia autística e chamava as crianças que estudou de "pequenos mestres", devido à sua habilidade de discorrer sobre um tema minuciosamente (Silva, 2012, p.113).

Além de Kanner, Lorna Wing e Hans Asperger, outros pesquisadores também contribuíram significativamente para o entendimento do autismo. Segundo Silva (2012), o pesquisador Ole Ivar Lovaas, por exemplo, destacou que crianças autistas podem desenvolver novas habilidades por meio da terapia comportamental. Esses estudos, entre muitos outros, foram fundamentais para ampliar o conhecimento sobre o autismo e abrir caminhos para novas pesquisas. Até então, o autismo era frequentemente considerado um subgrupo da psicose infantil e associado à esquizofrenia.

Foi somente na década de 1980 que o autismo passou a ser reconhecido como uma síndrome relacionada ao distúrbio do desenvolvimento. Essa mudança de perspectiva incentivou novos estudos e levou à criação de referenciais diagnósticos mais consistentes, como o CID-9 e o DSM-III, que ajudaram a definir e alinhar melhor o entendimento sobre o transtorno.

Atualmente, os referenciais atualizados para o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) incluem “[...] Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionado à Saúde (CID-10), da Organização Mundial de Saúde (OMS), e no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), da Associação Americana de Psiquiatria (APA)” (Côrtes e Albuquerque, 2020, p.865). Segundo o DSM-5, o autismo pode ser definido pelo déficit na comunicação e na interação social, padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesse ou atividades, a gravidade varia de acordo com os níveis de comprometimento dentro dessas principais características. Esses referenciais diagnósticos são cruciais, pois proporcionam estruturas que orientam os profissionais da saúde no reconhecimento e na identificação do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Silva (2012), complementa essa definição ao afirmar que a principal habilidade afetada no autismo é a social. Ela detalha essa área da seguinte forma, sendo a primeira área:

A dificuldade de interpretar os sinais sociais e as intenções dos outros impede que as pessoas com autismo percebam corretamente algumas situações no ambiente em que vivem. A segunda área comprometida é a da comunicação verbal e não verbal. A terceira é a das inadequações comportamentais. Crianças com autismo apresentam repertório de interesses e atividades restritos e repetitivos (como interessar-se somente por trens, carros, dinossauros etc.), têm dificuldade de lidar com o inesperado e demonstram pouca flexibilidade para mudar as rotinas (Silva, 2012, p.9).

Segundo a autora, as pessoas com autismo apresentam dificuldades em aceitar mudanças na rotina, atraso na fala, além de apresentar comportamentos repetitivos e interesses bem específicos. Esse transtorno se apresenta de diversas formas, pois os sintomas variam muito, de uma pessoa para outra, é essa variedade que nos leva a utilizar o termo “espectro”.

Imagine que o autismo funcione como um espectro de cores, que iria do branco até o preto, passando por todos os tons de cinza. As variações transitam pela tríade de deficiências nas áreas social, de comunicação e de comportamento, mas nem sempre todas essas dificuldades aparecem juntas no mesmo caso (Silva, 2012, p.42).

Considerando isso, o autismo não pode ser enquadrado de uma única forma, sendo essencial compreender que esse transtorno pode se manifestar de diversas maneiras, embora apresente traços similares. As pessoas podem apresentar comprometimentos em graus variados, exibindo uma ou mais características do espectro.

Assim, nesse cenário o autismo não deve ser visto apenas como um conjunto de dificuldades, mas como uma condição que também traz consigo potenciais singulares, que podem ser estimulados e desenvolvidos a partir de abordagens inclusivas e personalizadas. Ao superar estereótipos e preconceitos, temos a oportunidade de enxergar além do diagnóstico, permitindo que pessoas com autismo expressem suas singularidades de maneira plena.

Ao longo das décadas observa-se avanços significativos em nossa sociedade, que influenciaram em diversos setores do nosso cotidiano, desde as mais recentes tecnologias afetando vários campos, inclusive a educação. Esse campo tem passado por transformações contínuas, passando de um modelo inicialmente assistencialista, para uma educação de base tradicional, e, posteriormente, para abordagens mais centradas no aluno, com ênfase em práticas inclusivas e personalizadas.

Nesse contexto de mudanças e avanços, destaca-se a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar, uma conquista que reflete a crescente conscientização sobre a importância de incluir todas as pessoas nos espaços educacionais e em outros setores da nossa sociedade. Essa evolução é também resultado de legislações específicas que asseguram o direito à educação inclusiva, assegurando às crianças o acesso às escolas e a professores especialistas. Nesse contexto, Marques (2016), destaca que:

Para que ocorra inclusão a escola deve celebrar as diferenças, atender as necessidades individuais, apoiar a ideia de que todos podem aprender e participar da vida escolar e da comunidade, defendendo que aprendizagem em grupo beneficia a todos e não apenas os que obtêm os rótulos de deficientes (Marques, 2016, p.32).

A partir dessa perspectiva, é importante considerar, que as principais características do Transtorno do Espectro Autista (TEA) impactam diretamente no processo de aprendizagem. Esses traços incluem dificuldades na comunicação, na interação social e no comportamento, exigindo abordagens inclusivas que considerem essas especificidades.

Além dessas dificuldades, Nascimento, Moura e Araújo (2020), ressaltam outros aspectos que também podem ser observados, como a dificuldade em interpretar algumas palavras e expressões, com tendência a compreender os eventos de forma literal, além de “[...] apresentar atrasos no desenvolvimento da fala, ecolalia, pouco interesse por outras crianças, dificuldade na memória [...]” (Nascimento, Moura e Araújo, 2020, p.3).

No contexto escolar, Ferreira e França (2017) apontam que crianças autistas frequentemente enfrentam desafios relacionados à “[...] socialização, organização, distrações e dificuldade em sequenciar” (Ferreira e França, 2017, p. 510). Essas características evidenciam a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas que considerem a diversidade e respeitem as particularidades de cada aluno. Nesse sentido, Santos (2011) ressalta:

A educação inclusiva exige a adoção de práticas pedagógicas diferentes das adotadas tradicionalmente, não se concebendo a utilização de práticas que se pautem pela homogeneidade e que considerem uma única forma de aprender. Pois, a inclusão educacional chama a atenção para a diversidade, questiona os modelos predeterminados, a ideia de aluno ideal e considera privilegiada a interação entre os alunos (Santos, 2011, p. 66).

O autor, ainda aponta que nesse processo o papel do professor é muito importante, pois as intervenções e interferências, precisam ser programadas, considerando as especificidades do aluno, adotando caminhos que melhor se adapte ao indivíduo, pois o processo de aprendizagem de uma criança autista, nem sempre vai seguir os mesmos caminhos que o ofertado a uma criança típica, nessa situação, o professor tem um papel ativo, ajudando a construir e organizar as ideias.

Neste contexto, uma relevante discussão sobre os desafios enfrentados pelo trabalho docente na educação inclusiva, enfatizando que, apesar de amplamente cobrado, o professor muitas vezes não está devidamente preparado para lidar com as demandas dessa realidade. Segundo o autor, é imprescindível que os profissionais da educação estejam em constante processo de reflexão e formação, de forma a responder adequadamente às necessidades de um ensino inclusivo e de qualidade.

Essa formação, que tem como princípio a ideia de processo, deve garantir uma ligação entre a formação inicial, a continuada e as experiências vividas. A reflexão é vista, neste processo, como elemento capaz de promover essa ligação. A reflexão implica uma tomada de consciência do próprio fazer enquanto meio para a elaboração e reelaboração contínua do fazer. É necessário que o professor reflita sobre seu conhecimento e sua prática (Carneiro, 2012, p.16).

Ferreira (2015) destaca a busca crescente de diversos profissionais por especializações voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência. Segundo o autor, “pesquisadores, educadores e psicopedagogos buscam concentrar seus esforços na procura de alternativas para um ensino significativo, especialmente aos alunos de inclusão”(Ferreira, 2015, p.25). Essa busca reflete a preocupação em atender às demandas educacionais inclusivas, além de nos levar a refletir sobre o papel de outros profissionais nesse processo, como o Psicopedagogo.

No contexto escolar, os desafios no processo de aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são diversos e exigem uma atenção especializada. A inclusão dessas crianças no ambiente educacional demanda estratégias pedagógicas diferenciadas, que considerem suas particularidades e atendam às suas necessidades específicas. É fundamental que o processo de inclusão não se restrinja ao acesso físico à escola, mas que envolva a adaptação do currículo, a formação contínua dos profissionais de educação e o desenvolvimento de um ambiente que favoreça o aprendizado de todos os alunos, respeitando suas singularidades e promovendo sua plena participação na vida escolar.

O estudo realizado evidenciou a relevância da alfabetização no processo de aprendizagem, não apenas para crianças típicas, mas também para aquelas atípicas, como as diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesse contexto, os jogos se destacam como instrumentos valiosos, pois podem ser adaptados para atender às necessidades específicas dessas crianças. Eles desempenham um papel crucial no processo de desenvolvimento infantil, promovendo avanços significativos nas áreas cognitivas, sociais e emocionais, e favorecendo a inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar.

Nesse sentido, o estudo destaca a importância do papel do professor e de outros profissionais, como o psicopedagogo, na promoção de práticas pedagógicas inclusivas. Esses mediadores são essenciais para planejar, adaptar e conduzir atividades que respeitem as especificidades de cada criança, maximizando seu potencial de desenvolvimento e aprendizado. Assim, reforça-se a necessidade de práticas intencionais e colaborativas que valorizem a diversidade e a inclusão no ambiente escolar.

Além disso, é imprescindível que os professores se envolvam em um processo contínuo de reflexão e formação, a fim de proporcionar, tanto para crianças típicas quanto atípicas, estratégias pedagógicas que utilizem recursos, como ferramentas para inclusão e aprendizagem. Este trabalho reafirma que a implementação de práticas colaborativas e intencionais, que valorizem a criança, representa um caminho viável e necessário para assegurar uma educação inclusiva de qualidade.

Em busca do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista

De acordo com a literatura pesquisada, o TEA não é diagnosticado em exames clínicos, porém, os avanços nos processos de diagnósticos são observados no comportamento incomum do indivíduo. O processo de diagnóstico é muito sério e deve ser realizado por profissionais com formação como médico neurologista que se respaldam no DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e no CID 11 (Código Internacional de Doença). De acordo com o DSM-5 o TEA passa a ser chamado de Transtorno do Espectro do Autismo, classificado como um dos Transtorno do Neurodesenvolvimento, caracterizado pelas dificuldades de comunicação e interação social e também os comportamentos restritos e repetitivos.

De acordo com a 5ª Edição do DSM 5, o critério de diagnóstico para o Transtorno do Espectro Autista são citados: déficits persistentes na comunicação social e interação social em diversos contextos, déficits na reciprocidade, a falha de conversa normal de vai e vem e um desinteresse nas emoções e afetos. Importante considerar os tipos de apoio que o aluno necessita, conforme descrito no DSM-5 TR 2022 de acordo com a American psychiatric association, (2022,p. 58-59), a qual descreve três níveis de suporte, sendo eles: o Nível 1 “Requer suporte”, tem dificuldade em iniciar uma interação social, causando uma pequena ansiedade, fazendo com que a pessoa falhe na tentativa. Já o Nível 2 “Requer suporte substancial”, apresenta déficits acentuados nas habilidades de comunicação social. Por fim, o Nível 3 “Exigindo suporte muito substancial”, déficits severos nas relações sociais verbais e não verbais.

Sendo assim, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno global do neurodesenvolvimento que afeta as relações interpessoais do indivíduo, sua compreensão em relação ao mundo e seus padrões comportamentais (DSM-5, p.50). O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- DSM é uma tentativa de padronizar os critérios diagnósticos para classificação de uma condição psíquica. A maior mudança em relação à classificação e aos critérios diagnósticos foi encontrada no DSM-5, publicado em 2013, que trouxe uma atualização que foi desenvolvido em um capítulo intitulado por “Transtorno do Espectro Autista”, que reúne autismo e síndrome de Asperger. O transtorno DSM-5 faz as singularidades dos critérios diagnósticos em dois grandes grupos, sendo estes: 1) Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos; 2) Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2013, p.50). Outro aspecto a ser revelado no diagnóstico é o estereótipo, de acordo com Brito (2017) o diagnóstico não pretende rotular de forma negativa ou sentenciar a pessoa, ao contrário disso, ele auxilia na comunicação entre os profissionais, na busca por direitos, ajuda a nortear as intervenções e a orientar os familiares (Brito, 2017, p. 13).

Em resumo, o TEA é caracterizado na literatura por um desfalque persistente na comunicação social, interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses sintomas são manifestos desde o início da infância e impactam no desenvolvimento funcional do indivíduo (DSM-5).

Pensando a Alfabetização em crianças autistas

Num segundo momento, busca-se verificar como se reconhece a criança autista por meio do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista; Num terceiro momento, traz à tona, a discussão sobre a literatura científica selecionada, que propõe como mediação os métodos de alfabetização que contribuem no processo de aprendizagem de leitura de alunos com TEA e promove a inclusão de alunos com Necessidades educativas especiais.

Para tanto, realiza-se assim, uma pesquisa literária que busca fazer um levantamento de dados dos artigos publicados sobre o tema pesquisado com intuito

desenvolver o conhecimento e contribuir com a realização da pesquisa, de cunho qualitativo. Bem como afirma os autores Souza et al que diz assim:

“O levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico, que necessita de uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico” (Sousa, Oliveira & Alves, 2021, p.66).

A coleta de dados foi realizada nas bases de dados de forma aleatória, em artigos que tinham como tema central "alfabetização em crianças com transtorno do espectro autista" mais recentemente.

Este estudo se apresenta da seguinte maneira, primeiramente buscamos trazer alguns apontamentos – denominado: Considerações sobre o TEA (Transtorno do Espectro Autista); num segundo momento, busca-se verificar como se reconhece a criança autista por meio do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista; num terceiro momento, traz à tona, a discussão sobre a literatura científica selecionada, que propõe como mediação os métodos de alfabetização que contribuem no processo de aprendizagem de leitura de alunos com TEA e promove a inclusão de alunos NEE.

https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1001	O presente artigo “O uso de jogos como mediadores da alfabetização”, desenvolvido por Marijoje Agre Leão, propõe uma reflexão acerca da alfabetização/letramento, com enfoque à consciência fonológica, pela utilização de jogos, enquanto instrumentos de mediação. Para isso, apresenta uma sucinta revisão da literatura, a contextualização e aplicabilidade em uma sala de apoio pedagógico nas séries iniciais do ensino fundamental, bem como sugestões que poderão favorecer os profissionais da educação, sobretudo, professores alfabetizadores.
https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9347	Este artigo apresenta as considerações relativas aos resultados de uma etnografia educacional sobre os usos do livro didático Alfabetização fônica: construindo competência de leitura e escrita, realizada no ano letivo de 2010 em duas turmas de primeiro ano do ensino fundamental de uma escola municipal de

	Foz do Iguaçu. Critica a proposta do livro devido à sua semelhança com cartilhas de alfabetização de marcha sintética. Mostra que a proposta do livro conduz as professoras a desconsiderar as variações linguísticas no processo de alfabetização, o que é problemático em um município de tríplice fronteira.
BARBOSA, Daiany Toffaloni; DE SOUZA, Nelly Narcizo. O método fônico sob a perspectiva neuropsicológica. Revista da UNIFEBE, v. 1, n. 22, p. 21-36, 2017.	O presente trabalho teve como objetivo investigar e discutir, por meio de revisão bibliográfica, a relação entre a utilização do Método Fônico na alfabetização infantil e as funções neuropsicológicas implicadas na leitura. Para isso, buscou-se primeiramente o entendimento de quais as habilidades necessárias para que o aluno esteja apto para a aprendizagem da leitura, ou seja, quais elementos e fatores são tidos como conhecimentos mínimos necessários para partir para a alfabetização formal.
CAMPOS, Maria Inês Batista; PINHEIRO, Jéssica Mota; BENÍCIO, Walquiria Carneiro. ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA: IMPLICAÇÕES NA ESCRITA. WEB REVISTA LINGUAGEM, EDUCAÇÃO E MEMÓRIA, v. 8, n. 8, 2015.	Este artigo tem por objetivo descrever algumas dificuldades apresentadas pelos alunos em grafar palavras com irregularidades ortográficas tais como “apressado”, “repensar” e “pensativo”, isto é, com semelhanças de sons entre “s” e “ss”. A partir de uma atividade com formação de palavras cognatas, os alunos não identificaram a diferença dessas palavras nem estabeleciam a relação grafema/fonema. Fundamentamos este trabalho nos conceitos de alfabetização, letramento e consciência fonológica segundo Soares (2004), Kleiman (1995) e Bortoni-Ricardo & Machado (2013), a fim de compreender e solucionar os desvios ortográficos presentes na produção escrita realizada
DA ROSA, Cleci Teresinha Werner; DA ROSA, Alvaro Becker; DE UZEDA, Vinicius Fernandes. Intervenções Didáticas Pautadas Pela Alfabetização e Letramento Científico: Estudo Envolvendo Pesquisas no Campo da Educação em Ciências. REPPE-Revista de Produtos Educacionais e Pesquisas em Ensino, v. 3, n. 1, p. 125-147, 2019	O objetivo deste estudo foi identificar na literatura nacional estudos associados a intervenções didáticas voltadas a promover a alfabetização e letramento científico, identificando suas características. Para a análise desses artigos foi adotado uma pesquisa do tipo estado do conhecimento e analisado um conjunto de periódicos estratificados com Qualis A1, A2 e B1 pela Capes para a Área de Ensino.
DOS SANTOS, Cristiane Gonzaga; RIBEIRO, Janete Santa Maria. Alfabetização realizada a partir da	Esta pesquisa tem como objetivo demonstrar ser possível a realização da alfabetização associada à Teoria Construtivista e o

associação da teoria construtivista e método fônico. Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia, v. 8, n. 19, 2017.	Método Fônico, desenvolvendo o senso crítico da criança e seu letramento. Aponta-se os aspectos relevantes desta metodologia, para serem utilizados na metodologia da prática educativa, através da descrição de algumas atividades educacionais empregadas neste processo e a apresentação de dados sobre aprendizagem dos alunos submetidos à junção de ambas, assim como, a opinião de professores
https://ojs.ufgd.edu.br/ead/article/view/18127	O presente trabalho teve como cenário de análise e verificações as contribuições do método fônico que baseia seu processo de ensino-aprendizagem da alfabetização pautadas nos princípios do método de Maria Montessori, Capovilla e Soares, este artigo apresenta uma pesquisa de abordagem bibliográfica e de campo.
MORI, Marina; RODRIGUES, Ana Paula Aires. O USO DO MÉTODO FÔNICO MEDIADO E UTILIZAÇÃO DE JOGOS ALFABETIZADORES: UM ESTUDO DE CASO. Revista GepesVida, v. 10, n. 23, 2024.	Este artigo tem como tema, A sala multisseriada da casa Lar Miriã e o uso do Método Fônico Mediado e a utilização de jogos alfabetizadores: Um estudo de caso. São muitas teorias do ensino/aprendizagem, porém, neste trabalho serão abordados os estudos mais recentes, tendo como base a teoria da Modificabilidade cognitiva Estrutural, de Reuven FEUERSTEIN, desenvolvendo as atividades baseadas no Método Fônico Mediado aplicadas de forma lúdica e com o auxílio de jogos alfabetizadores.
Marlene Gomes Colombo. A importância da revisão das práticas utilizadas no ambiente escolar, 2023	A alfabetização e o letramento são processos fundamentais para o desenvolvimento educacional de todas as crianças, mas para aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), esses processos podem apresentar desafios significativos. Por isso, é essencial que as práticas no ambiente escolar sejam cuidadosamente avaliadas e ajustadas para atender às necessidades específicas desses estudantes. O objetivo principal deste estudo foi investigar a relevância de revisar as abordagens pedagógicas e interativas aplicadas na alfabetização.
Solange Aparecida Pacheco Cruz. Educação Inclusiva e autismo: teoria e prática para o processo de alfabetização, 2022. Cadernos uninter.	Este artigo aborda o desenvolvimento educacional de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar regular, destacando abordagens e métodos que favorecem o processo de ensino-aprendizagem focado na alfabetização e no

	letramento dessas crianças. O objetivo principal é enfatizar a importância da linguagem nas interações sociais e identificar os direitos legais das pessoas com autismo.
Vilma Aparecida Bianchi; Rita Melissa Lepre e Adriana Silveira Campanharo. A inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista (TEA), 2023.	O artigo trata sobre o autismo não ser visto como alguém incapaz de aprender, mas sim como uma pessoa com maneiras diferentes de alcançar o aprendizado. Entre as características do transtorno, destacam-se dificuldades nas interações sociais, limitações na comunicação verbal e não-verbal, além de interesses e atividades restritas. O objetivo deste estudo é entender como a inclusão escolar de uma criança com autismo pode ajudá-la a ter uma convivência social sem discriminação.

A literatura pesquisada é unânime em compreender que a alfabetização e letramento são um dos principais instrumentos inclusão por meio da leitura e da escrita, no entanto, exige uma soma de habilidades necessárias e procedimentos técnicos, ou seja, estratégias metodológicas de alfabetização para que a criança consiga desenvolver-se na leitura e escrita. De fato, aprender a ler e escrever, tem como propósito apoiar a inclusão do cidadão nos aspectos sociais, culturais, cognitivos, linguísticos e entre outros. A alfabetização, letramento e a inclusão escolar estão bem relacionadas, sendo uma condição para que a inclusão seja efetiva (Bianchi; Lepre e Campanharo, 2022).

De acordo com Oliveira e Catarino (2020), nas últimas décadas, a questão da alfabetização tem sido bastante discutida no cenário político e social no nosso País. Barreto (2021) traz em seu artigo superações para os desafios de aprendizagem das crianças com TEA. Ela apresenta estratégias de adaptação do planejamento escolar e do projeto pedagógico, fazendo com que o aluno seja incluído nas atividades e que tenha interação com os colegas de classe. Carvalho (2020) aponta para uma importante questão, que contribui para as práticas dos docentes, que tendo em mente as adaptações utilizadas por eles devem estimular a vontade de aprendizagem, participação e a criatividade do aluno com autismo, considerando que cada criança tem o sentimento de prazer e a necessidade de fazer, pois quando

falamos de um aluno com tantas especificidades quanto um aluno TEA, que é o princípio de respeitar o tempo de aprendizagem dele e suas individualidades.

Nesse sentido, os artigos selecionados sugerem que as escolas adotem políticas e práticas que promovam a inclusão de todos os alunos. Porém, os desafios para ensinar crianças com TEA, encontrados na rede regular de ensino, são diversos, a maioria das escolas no Brasil não estão preparadas para receber essas crianças, uma vez que faltam investimentos na infraestrutura física das instituições de ensino, na formação inicial e continuada dos professores e profissionais da educação.

A literatura pesquisada enfatiza que além das práticas pedagógicas, o acompanhamento multidisciplinar é relevante, partindo de diferentes modalidades de tratamento, como o acompanhamento com profissionais de psicopedagogia, psicoterapia, fonoaudiologia, entre outros, e o uso adequado de medicamentos e todas que forem necessárias para diminuir os acometimentos desses alunos atípicos, para auxiliar e propiciar o processo de aprendizagem e desenvolvimento de crianças com transtorno do espectro autista.

[...] a parceria entre as Secretarias de Saúde e de Educação é fundamental, a fim de aquela ofereça tratamento clínico ao aluno com indicadores do TEA e esta realize intervenções pedagógicas, por meio da estimulação essencial, voltadas à superação das limitações e dos atrasos que prejudicam os processos de aprendizagem e de desenvolvimento[...]. (Bacaro, 2020, p.113).

Vale ressaltar que à medida que as crianças autistas frequentam diariamente os atendimentos especializados de acordo com as suas especificidades, segundo Bacaro (2020), os sintomas podem ser melhorados significativamente, de tal forma que propiciem uma melhor aprendizagem. Para que ocorra a inclusão de forma eficaz é necessário que se realize um trabalho em conjunto entre escola e família, pois além de práticas educacionais e estratégias de alfabetização a serem desenvolvidas em sala de aula e/ou ambiente escolar; a família deve olhar para todas as dificuldades da criança e buscar os meios para que a mesma tenha atendimento com profissionais especializados que o ajudará a se desenvolver durante este processo.

Para Lunardelli-Jacinto e Kupfer (2017), a pessoa com o transtorno do espectro autista enxerga o mundo de uma maneira diferente dos demais e, apesar de não conseguir falar, ele tem o que dizer. A partir desse entendimento, é importante discutir sobre qual método usar durante o processo de alfabetizar e letrar uma criança com autismo.

Considerações finais

Este trabalho pretendeu estudar sobre o processo de alfabetização e letramento de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo/TEA, e conclui que a literatura trouxe esclarecimentos que possibilitaram permear o objetivo deste estudo.

A alfabetização de crianças com TEA apresenta desafios únicos, mas também várias possibilidades de sucesso, especialmente quando as práticas pedagógicas são adaptadas às necessidades individuais de cada aluno. Os alunos com TEA possuem dificuldades na comunicação e na interação social, mas apesar das falhas que o sistema da educação inclusiva apresenta, principalmente em sua estrutura escolar e na formação dos professores, o ato de aprender a ler e escrever é um propósito para que se efetive esta inclusão.

Sendo assim foi possível compreender que a chave para um ensino eficaz reside na combinação de estratégias inclusivas, no uso de recursos visuais e tecnológicos, além da construção de um ambiente que promova acolhimento, respeito e inclusão. Concluiu-se então, por meio deste estudo, que a criança com autismo pode alfabetizar-se, por meio de metodologias como método fônico, ABA, método global entre outras atividades, que atentem e contemplem suas necessidades, conseguindo obter um bom desenvolvimento.

Portanto, entendemos que as linhas de estudos acerca das práticas de alfabetização e letramento em crianças com TEA não podem parar, pois além da sua importância aos alunos atípicos, esses estudos ajudaram na formação inicial e na continuada para os profissionais da educação; visto que a alfabetização é um processo importante para que a criança tenha uma melhor interação social.

REFERÊNCIAS

- AGRE LEÃO, Marjorie. O uso de jogos como mediadores da alfabetização/letramento em sala de apoio das séries iniciais. Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978), [S. l.], v. 44, n. 2, p. 647–656, 2016. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1001>. Acesso em: 21 jan. 2025.
- American Psychiatric Association. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. –Dados eletrônicos. –Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <http://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-trans-tornos-mentais-dsm-5.pdf> Acesso em: 10 nov. 2024.
- ANDRÉ, T. C.; BUFREM, L. S. Avaliação em larga escala e alfabetização: a adoção do método fônico em Foz do Iguaçu. Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, n. 15, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v0i15.9347. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9347>. Acesso em: 21 jan. 2025.
- BACARO, Paula E. F. Transtorno do Espectro Do Autismo e integração sensorial: o processo de aquisição da leitura e escrita em uma abordagem responsiva de aprendizagem. 152 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa De Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.
- BARBOSA, Daiany Toffaloni; DE SOUZA, Nelly Narcizo. O método fônico sob a perspectiva neuropsicológica. Revista da UNIFEBE, v. 1, n. 22, p. 21-36, 2017.
- BARRETO, Mayra Ferreira. Alfabetização e Letramento de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, SE, Brasil, 2021.
- BASTOS, Nicolay. Estudos apontam educação como meio para inclusão de pessoas autistas. CNN Brasil. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/estudos-apontam-educacao-como-meio-para-inclusao-de-pessoas-autistas/#:~:text=Existem%20no%20Brasil%2C%20atualmente%2C%2036,48%25%20de%202022%20para%202023.d> Acesso em: 9 nov. 2024.
- BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Universidade Federal do Ceará, 2010.
- BIANCHI, V. A.; LEPRE, R. M.; CAMPANHARO, A. S. A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA). SciELO Preprints, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.5565. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5565>.
- BLEULER, Eugen. Dementia Praecox ou o grupo das esquizofrenias. Lisboa: Edição portuguesa – Climepsi editores, 2005.
- BRITO, Maria Claudia. Estratégias práticas de intervenção nos transtornos do espectro do autismo. E-book: SaberAutismo, 2017. Disponível em: <http://www.mariaclaudiabrito.com.br/> Acesso em: 8 ago. 2024

CAMARGO, Sígilia Pimentel Höher; RISPOLI, Mandy. Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos. Revista Educação Especial, v. 26, n. 47, p. 639-650, 2013.

CAMPOS, Maria Inês Batista; PINHEIRO, Jéssica Mota; BENÍCIO, Walquiria Carneiro. ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA: IMPLICAÇÕES NA ESCRITA. WEB REVISTA LINGUAGEM, EDUCAÇÃO E MEMÓRIA, v. 8, n. 8, 2015.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Formação de Professores: Da Educação especial a Inclusiva – alguns Apontamentos. In: Zaniolo, Leandro Osni; Dall' Acqua, Maria Júlia C. Inclusão Escolar: pesquisando políticas públicas, formação de professores e práticas pedagógicas. Paco editorial, 2012.

CRUZ, Solange Aparecida Pacheco. Educação Inclusiva e Autismo: Teoria e prática para o processo de alfabetização, 2022.

CORTES, Maria do Socorro Mendes; DE ALBUQUERQUE, Alessandra Rocha. Contribuições para o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista: de Kanner ao DSM-V. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 3, n. 7, p. 864-880, 2020.

CUNHA, Eugênio. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Digitaliza Conteúdo, 2020.

CUNHA, Eugênio. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro, 2017.

DA ROSA, Cleci Teresinha Werner; DA ROSA, Alvaro Becker; DE UZEDA, Vinicius Fernandes. Intervenções Didáticas Pautadas Pela Alfabetização e Letramento Científico: Estudo Envolvendo Pesquisas no Campo da Educação em Ciências. REPPE-Revista de Produtos Educacionais e Pesquisas em Ensino, v. 3, n. 1, p. 125-147, 2019.

DOS SANTOS, Cristiane Gonzaga; RIBEIRO, Janete Santa Maria. Alfabetização realizada a partir da associação da teoria construtivista e método fônico. Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia, v. 8, n. 19, 2017

DO NASCIMENTO, Erlange Rafaela Ponciano; MOURA, Jaqueline da Cruz Zacarias; DE BRITO ARAUJO, Maria José. Dificuldade de aprendizagem e a criança com autismo: desafios psicopedagógicos. EDUCTE: Revista Científica do Instituto Federal de Alagoas, v. 10, n. 1, p. 1185-1196, 2020.

DOUGLAS SÓSTENES SOUZA CORREIA; ALVES, M. F. V.; FERREIRA, G. C. S. . Processo Diagnóstico do Autismo e Impacto na Dinâmica Familiar: Uma Revisão Bibliográfica. Epitaya E-books, [S. l.], v. 1, n. 34, p. 73-85, 2023. DOI: 10.47879/ed.ep.2023755p73. Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/736>.

FAUSTINO, Michele Rafaela. Autismo: a Lei n. 12.764/12 e a garantia de direitos na inclusão e desenvolvimento de crianças com autismo em escolas públicas na cidade de Mariana - MG. 2023 36 f. Monografia (Graduação em Direito) - Escola de Direito, Turismo e Museologia - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

FELINTO, J. F. .; BARBOSA , T. V. dos S. .; FERREIRA, M. B. L. S. .; DUTRA, A. B. de O. .; GOMES, M. S. de F. .; FIDELIS, J. da S. .; SILVA, M. J. N. da .; DRIESKENS, D. C. . The contribution of applied behavior analysis - ABA in the inclusion of children with autistic

spectrum disorder in the school environment. Research, Society and Development, [S. l.], v. 12, n. 6, p. e8112641929, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i6.41929. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/41929>. Acesso em: 27 jan. 2025.

FELIPE, D. A. A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO BRASILEIRO. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 7, n. 17, p. 322–342, 2015. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/84>. Acesso em: 24 jan. 2025.

FERRARI, Ana Claudia Victorelli. CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA AUTISTA. CDD 370, 2015.

FERREIRA, Mônica M. M.; FRANÇA, Aurenia P de. O Autismo e as Dificuldades no Processo de Aprendizagem Escolar. Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia, 2017, vol. 11, n. 38, p. 507-519. ISSN: 1981

GUEDES, Nelzira Prestes da Silva; TADA, Iracema Neno Cecilio. A Produção Científica Brasileira sobre Autismo na Psicologia e na Educação. Psicologia: Teoria e Pesquisa Jul-Set, 2015, Vol. 31 n. 3, p. 303-309.

LAZZAROTTO, Elaine Fátima Serena. Alfabetização e Letramento. Trabalho e Conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Rio Grande do Sul, 2010.

LEAR, Kathy. Ajude-nos a aprender. Ed. 2. Toronto, Ontario 3 Canadá, 2004.

LIBERALESSO, P. LACERDA, L. Autismo: compreensão e práticas baseadas em evidências. 1.ed. [livro eletrônico]. Movimento Capricha Inclusão. Curitiba-PR, 2020. Disponível em: <<https://mid.curitiba.pr.gov.br/2021/00312283.pdf>> Acesso em: 9 nov. 2024.

LUNARDELLI-JACINTHO, Ana Francisca; KUPFER, M. C. M.; VANIER, Alain. A posição do psicanalista em um espaço de acolhimento para pequenas crianças e seus pais: da sustentação simbólica à constituição subjetiva. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund. São Paulo, v. 20, n. 4, p.673-685, dez, 2017.

MARQUES, Inês Velter; MARTINS, Thalia Ferreira. Método fônico e as contribuições para a alfabetização. EaD & Tecnologias Digitais na Educação, [S. l.], v. 12, n. 15, p. 82–92, 2024. DOI: 10.30612/eadtde.v13i15.18127. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/ead/article/view/18127>. Acesso em: 21 jan. 2025.

MCDONNELL, J.; COPELAND, S. Teaching Academic Skills. In: SNELL, M.E.; BROWN, F. (Eds.). Instruction of students with severe disabilities. 7th Ed., Boston: Pearson, 2011. p.492-528.

MORI, Marina; RODRIGUES, Ana Paula Aires. O USO DO MÉTODO FÔNICO MEDIADO E UTILIZAÇÃO DE JOGOS ALFABETIZADORES: UM ESTUDO DE CASO. Revista GepesVida, v. 10, n. 23, 2024.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: SEMINÁRIO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM DEBATE, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, Brasília, 2006.

OLIVEIRA, Alessandra Escobar da Silva. As práticas pedagógicas desenvolvidas no processo de alfabetização de alunos com autismo. Santa Maria, RS, 2023

OLIVEIRA, Ana Maria de; ANDRADE, Jane Cristina de Souza. DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM DESAFIO DOS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO. São Sebastião Do Paraíso – Mg: Faculdade Calafiori, 2013.

OLIVEIRA, Viviane Silva e CATARINO, Elisangela Maura. Alfabetização e Letramento: Como alfabetizar a criança autista?. Rev. Cient. Novas Configur. Dialog. Plur., Luziânia, v. 5, n.3, p. 01-20, 2024.

RIBEIRO DE ALENCAR, Gizeli Aparecida; LACERDA, Cristina Broglia de Feitosa. ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: ASPECTOS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO. Linguagens, Educação e Sociedade, [S. l.], v. 29, n. 59, p. 1–26, 2025. DOI: 10.26694/rles.v29i59.4662. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/4662>. Acesso em: 23 jan. 2025.

ROSÁRIO, M., and MORTATTI, L. Educação e letramento [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2004. Paradidáticos collection; Educação series. ISBN 978-85-393-0298-7. Available from SciELO Books .

SANTOS, Élide Cristina da Silva de Lima. A prática pedagógica na inclusão educacional de alunos com autismo. 2011.

SANTOS, Elisângela Maria Pereira. Crianças com TEA - transtorno do espectro autista: a importância do psicopedagogo no processo ensino aprendizagem. Revista Brasileira de Educação Física, Saúde e Desempenho-REBESDE, v. 3, n. 1, 2022.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. A desmistificação do método global. Letras de Hoje, [S. l.], v. 48, n. 1, p. 6–11, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/12142>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SEABRA, A.; DIAS, N. Métodos de alfabetização: delimitação de procedimentos e considerações para uma prática eficaz. Rev. psicopedag., São Paulo, v.28, n.87, p.306-320, 2011.

SEBRA, Alessandra Gotuzo; DIAS, Natália Martins. Métodos de alfabetização: delimitação de procedimentos e considerações para uma prática eficaz. Rev. psicopedag., São Paulo , v. 28, n. 87, p. 306-320, 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000300011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 jan. 2025

SKINNER, B. F. Science and human behavior. New York: Free Press, 1953.

TENENTE, Luiza. 1 a cada 36 crianças tem autismo, diz CDC; entenda por que número de casos aumentou tanto nas últimas décadas. G1, 02 de abril 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/04/02/1-a-cada-36-criancas-tem-autismo-diz-cdc>

-entenda-por-que-numero-de-casos-aumentou-tanto-nas-ultimas-decadas.ghml . Acesso em: 13 nov.2024.

VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. São Paulo: Ícone, Editora USP, 1988.